7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais

06/12 | Questões de Política Externa dos países da Ásia-Pacífico
Área Temática: Análise de Política Externa

IDENTIDADE E COOPERAÇÃO NUCLEAR NA GUERRA FRIA
PERCEPÇÕES E EQUÍVOCOS NO CASO ESTADOS UNIDOS-ÍNDIA

Eduardo Araújo Mangueira[1] (IRI/PUC-Rio)

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

[1] Mestrando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Contato: eduardo.a.mangueira@gmail.com.

RESUMO

Em 18 de maio de 1974, o gabinete da então primeira-ministra indiana, Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), recebeu uma confirmação que abalaria a comunidade internacional: o sucesso da operação posteriormente denominada “Buddha Sorridente” tornava a Índia o primeiro país fora dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas a realizar a explosão de um dispositivo nuclear. Alardeada pelo governo indiano como uma Explosão Nuclear Pacífica (ENP), essa operação tinha como intenção demonstrar aos demais países que a Índia teria a capacidade de construir uma bomba, se assim desejasse. Em primeira análise, essa ação indiana parece contrária à política empregada pelo país até então, que se apresentava como um dos mais verbais defensores da antiproliferação nuclear. Surpreendendo a comunidade de Inteligência estadunidense (RICHELSON, 2006), essa explosão foi fruto de um esforço considerável de sigilo pelo governo indiano. A força de explosões nucleares era tanto física quanto simbólica. O lançamento das bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945, mesmo após tentativas pelos japoneses de negociar os termos de sua rendição (FERRELL, 1997), foi acima de tudo uma demonstração de poder. Através do Projeto Manhattan, uma iniciativa conjunta de Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, foi criada esta arma de proporções cataclísmicas: estima-se que cerca de 199.000 pessoas tenham morrido em decorrência direta ou indireta, uma vez que a mera exposição à radiação tem efeitos nocivos ao corpo humano. No entanto, têm-se que o programa nuclear indiano (PNI) não era um empreendimento meramente local, contando entre seus apoiadores internacionais com os Estados Unidos. Com seu programa Átomos pela Paz, os EUA buscavam impedir a proliferação de armas nucleares ao estimular a transferência de tecnologia nuclear para fins “pacíficos”, ou seja, que não levassem à pesquisa ou desenvolvimento de armamentos. O tema desta pesquisa aborda a decisão estadunidense de apoiar o PNI. O presente trabalho busca responder à seguinte pergunta: seria a política de estímulo ao programa nuclear indiano a mais indicada para a realização dos interesses estadunidenses de contenção da proliferação de armamentos nucleares, dadas as informações disponíveis? O recorte escolhido se deu em função de três momentos principais: o estabelecimento do programa Átomos para a Paz, a partir do discurso do presidente estadunidense Dwight Eisenhower à Assembleia Geral da ONU em 8 de dezembro de 1953; a celebração do “Acordo entre o Governo da Índia e o Governo dos Estados Unidos nos Usos Civis da Energia Atômica”, assinado em 8 de agosto de 1963; e a explosão do artefato nuclear indiano em 1974. O tratado em questão versa sobre a construção da Usina Nuclear de Tarapur (UNT) por uma empresa americana, a General Electric, e o empréstimo de US$ 80 milhões para a realização deste empreendimento. Sua importância para os propósitos deste trabalho não está em seu possível impacto no desenvolvimento específico do dispositivo para a ENP, mas

na demonstração de um esforço concreto, em meio à política Átomos para a Paz, de fomento ao programa nuclear indiano por parte dos Estados Unidos. Parte-se da hipótese de que os tomadores de decisão estadunidenses, ao considerar a Índia como uma nação que não cogitava a opção por armas nucleares apesar da presença de elementos indicativos do contrário, tomaram uma decisão não condizente com os próprios interesses. Levando-se em consideração a corrente teórica construtivista, a investigação ocorrerá com base na importância do conceito de identidade para a Análise da Política Externa (APE), no intuito de verificar se e como a atribuição de determinadas características ao povo indiano pode impactar a política do Estados Unidos para essa região. Por entender que tal atribuição de características pode ir de encontro a evidências apresentadas aos tomadores de decisão estadunidenses, utiliza-se como teoria acessória o conceito de percepções e equívocos de Robert Jervis (2017), que demonstra a existência de tendências cognitivas que podem induzir um estadista a erros de percepção. Esta pesquisa será feita a partir de uma análise discursiva, por meio da qual discursos, notícias, artigos e documentos oficiais serão examinados para entender como os Estados Unidos caracterizavam a Índia no recorte temporal já indicado, de maneira mais geral, e como avaliavam as capacidades indianas de produção de armamentos nucleares, bem como as intenções de produzi-las. Entende-se que materiais comunicativos são imprescindíveis para a compreensão da identidade e, portanto, os interesses de seus expositores. Busca-se compreender se a identidade indiana, conforme entendida pelos estadunidenses, seria propensa à aquisição de armas nucleares, e se teria a capacidade para fazê-lo. Somado a isso, o trabalho realiza um exame acerca da autopercepção indiana, para os mesmos parâmetros. A partir desta pesquisa, encontrou-se que o fomento ao programa nuclear indiano não condizia com o objetivo estratégico de impedir a proliferação nuclear. Se este for considerado o objetivo do programa Átomos para a Paz, têm-se que havia motivos para se acreditar, dadas as informações disponíveis para os tomadores de decisão estadunidenses, que o programa nuclear indiano tomaria rumos contrários a seus interesses. O equívoco de percepção que levaria a tanto seria a tendência estadunidense de entender a “paz” buscada pela Índia como uma política permanente, o objetivo final do país.

Palavras-chave: Política Nuclear; Identidade; Relações Índia-Estados Unidos; Átomos para a Paz; Percepção;

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de maio de 1974, o gabinete da então primeira-ministra indiana, Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), recebeu uma confirmação que abalaria a comunidade internacional: o sucesso da operação posteriormente denominada “Buddha Sorridente” tornava a Índia o primeiro país fora dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas a realizar a explosão de um dispositivo nuclear. Divulgada pelo governo indiano como uma explosão nuclear pacífica (ENP), essa operação tinha como intenção demonstrar aos demais países que a Índia teria a capacidade de construir uma bomba atômica, se assim desejasse. Em primeira análise, essa ação parece contrária à política empregada pelo país até então, que se apresentava como um dos mais verbais proponentes da reversão ou fim da proliferação nuclear. Surpreendendo a comunidade de Inteligência estadunidense (Richelson, 2006), essa explosão foi fruto de um esforço considerável de sigilo pelo governo indiano.

A força de explosões nucleares era tanto física quanto simbólica. O lançamento das bombas de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945, mesmo após tentativas dos japoneses de negociar os termos de sua rendição (Ferrell, 1997), foi acima de tudo uma demonstração de poder. Através do Projeto Manhattan, uma iniciativa conjunta de Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, foi criada esta arma de proporções cataclísmicas: estima-se que cerca de 199.000 pessoas tenham morrido em decorrência direta ou indireta, uma vez que a mera exposição à radiação tem efeitos nocivos ao corpo humano.

No entanto, tem-se que o programa nuclear indiano (PNI) não era um empreendimento meramente local, contando entre seus apoiadores internacionais com os Estados Unidos. Com seu programa Átomos pela Paz, os EUA buscavam impedir a proliferação de armas nucleares ao estimular a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos, ou seja, que não levassem à pesquisa ou desenvolvimento de armamentos.

O tema desta pesquisa aborda a decisão estadunidense de apoiar o PNI. O presente trabalho busca responder à pergunta: seria a política de estímulo ao programa nuclear indiano a mais indicada para a realização dos interesses estadunidenses de contenção da proliferação de armamentos nucleares, dadas as informações disponíveis? O recorte estabelecido se dá em torno da promulgação do programa Átomos para a Paz, a celebração do “Acordo entre o Governo da Índia e o Governo dos Estados Unidos nos Usos Civis da Energia Atômica”, assinado em 8 de agosto de 1963, até a explosão do artefato nuclear indiano em 1974.

O tratado em questão versa sobre a construção da Usina Nuclear de Tarapur (UNT), a primeira usina nuclear energética do país, por uma empresa americana, a General Electric, e o empréstimo de US$ 80 milhões para a realização deste empreendimento. Sua

importância para os propósitos deste trabalho não está em seu possível impacto no desenvolvimento específico do dispositivo para a ENP, mas como demonstração de um esforço concreto, em meio à política Átomos para a Paz, de fomento ao programa nuclear indiano por parte dos Estados Unidos.

Busca-se empreender uma Análise da Política Externa (APE) com base construtivista, observando como a atribuição de determinadas características ao povo indiano pode impactar a política dos Estados Unidos para essa região. Entendendo que tal atribuição de características pode ir de encontro a evidências apresentadas aos tomadores de decisão estadunidenses, utiliza-se como teoria acessória o conceito de percepções e equívocos de Robert Jervis, que demonstra a existência de tendências cognitivas que podem induzir um estadista a erros de percepção.

Esta pesquisa será feita a partir de uma análise discursiva, por meio da qual serão examinados discursos referentes às comunidades de inteligência e epistêmicas estadunidenses para entender como os Estados Unidos caracterizavam a Índia no recorte temporal já indicado, de maneira mais geral, e como avaliavam as capacidades indianas de produção de armamentos nucleares, bem como as intenções de produzi-las. Entende-se que materiais comunicativos são imprescindíveis para a compreensão da identidade e, portanto, os interesses de seus expositores. Busca-se compreender se a identidade indiana, conforme entendida pelos estadunidenses, seria propensa à aquisição de armas nucleares, e se teria a capacidade para fazê-lo. Somado a isso, e com base no entendimento de que identidades têm influência central no estabelecimento de interesses e nos meios buscados para realizá-los, o trabalho realiza um exame acerca da autopercepção indiana, para os mesmos parâmetros, buscando esclarecer o contexto no qual tais identidades — a indiana percebida *versus* a autopercebida — se formam, e os interesses que interferem em sua concepção.

A partir de uma breve contextualização e apresentação das disposições teórico-metodológicas, serão demonstrados os resultados concernentes às análises do "Acordo entre o Governo da Índia e o Governo dos Estados Unidos nos Usos Civis da Energia Atômica", referente à UNT buscando inferir qual era o tratamento dado pelo corpo diplomático estadunidense à Índia, bem como artigos da revista americana *Foreign Affairs* (FA) — como modelos para compreender a comunidade epistêmica estadunidense da época; e documentos oficiais da Comunidade de Inteligência estadunidense.

A FA é um dos produtos do Council on Foreign Relations, um *think tank* (TT) de alta relevância nos Estados Unidos, sendo, portanto, instrumental para a compreensão de quais ideias eram difundidas acerca dos indianos nos centros de poder de Washington. A análise empregada considerou, portanto, os anos de 1940 para entender a imagem indiana pré-independência e a de 1963, ano de assinatura do Acordo. Os documentos da

comunidade de Inteligência oferecem, em razão de seu caráter secreto, uma visão menos preocupada com a opinião pública, podendo delinear, através de seus enfoques, o modo como o programa nuclear indiano se encaixava ou não nos interesses dos Estados Unidos.

Contexto

A Guerra Fria e o Sul da Ásia

A Guerra Fria foi como ficou conhecido o conflito entre as duas superpotências do século XX — os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Esse nome foi dado ao passo que os dois Estados evitaram confrontos diretos, pela crença de que a existência de armas nucleares nos arsenais de ambos levaria à concretização da doutrina MAD[2]. Esse embate, era acima de tudo, entre duas ideologias e sistemas de produção distintos: o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético, e se deu por meio de disputas por influência no globo, guerras por procuração e guerras sobre informação. Seu início é comumente atribuído ao discurso do presidente estadunidense Harry Truman (1945-1953), declamado em março de 1947 diante do Congresso dos Estados Unidos, quando foi demarcado o início do que viria a ser conhecido como a Doutrina Truman. Ao afirmar que "deve ser a política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas, ou por pressões externas"[3] (Truman, 1947, s/p, *tradução nossa*), o país tacitamente afirmou uma política de contenção à URSS, concomitantemente associando-a ao totalitarismo e como contrária à democracia.

Nesse contexto, o Sul da Ásia era uma região de baixa importância relativa para os Estados Unidos (McMahon, 2006). Embora países como Índia e Paquistão possuíssem uma grande população, o risco apresentado pelos pró-URSS locais e de uma possível pressão externa soviética pareciam muito baixos. Esta situação se modificou com a Revolução Chinesa de 1949.

A entrada de um novo poder comunista na Ásia incutiu nos tomadores de decisão estadunidenses temores de um "efeito dominó", que poderia levar à ascensão de governos comunistas em outros lugares. Dessa forma, os Estados Unidos passaram a empregar uma política de aproximação, principalmente a partir do estreitamento de laços com Índia e Paquistão. A Índia, país que alcançou a independência e a integração à Commonwealth britânica em 15 de agosto de 1947, era, desde sua criação, uma das maiores democracias da época, com cerca de 353 milhões de habitantes (O'Neill, 2022), além de ter um

---

[2] *Mutually Assured Destruction*, ou Destruição Mútua Assegurada, é uma doutrina baseada no entendimento de que uma guerra travada entre dois países portadores de armas nucleares levaria à destruição societal mútua, o que serviria como elemento de dissuasão de possíveis ataques por qualquer uma das partes (JERVIS, 2002).

[3] Trecho no original: "It must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures".

considerável prestígio internacional em razão de seu movimento independentista não violento, liderado por Mohandas K. Ghandi, e por seu papel como uma das lideranças do Movimento Não-Alinhado (MNA), que rejeitava a escolha maniqueista de entrada no bloco capitalista ou comunista. O peso moral indiano foi, portanto, um dos motivos elencados para justificar o objetivo de aliciamento da Índia ao bloco estadunidense.

A recusa indiana em cumprir esse papel e a aproximação inicial com a China comunista levaram, no entanto, a um distanciamento com os estadistas americanos, que interpretavam os movimentos indianos de não-alinhamento como "ingratidão" (McMahon, 2006). As relações entre os dois países pioraram consideravelmente a partir de 1954, com a decisão estadunidense de fornecer armas para o Paquistão (Perkovich, 2002), um movimento interpretado pela Índia como destinado a minar seu poder na região. Rival regional desde a Partição, o Paquistão diferiu desta ao seguir uma política de cortejo aos Estados Unidos, obtendo, assim, recursos pelos quais poderia manter certo equilíbrio estratégico frente a sua vizinha.

As relações entre os dois países se mantiveram frias, até que a oportunidade para um degelo se apresentou em meio ao aumento de tensões entre a Índia e a China. Isso foi ocasionado pela questão do Tibete, onde a dura repressão chinesa e o asilo de seu governante, o Dalai Lama, na Índia, levaram a uma queda vertiginosa nas relações bilaterais. Esse aumento de tensões foi um dos motivos que levaram à deflagração de conflitos em torno de questões fronteiriças em 1959, e ao estopim de uma guerra sino-indiana em outubro de 1962 (McMahon, 2006). A partir da consideração de que as forças militares indianas seriam incapazes de fazer frente à China militarmente, o então primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru (1947-1964), requisitou ajuda militar estadunidense, que foi concedida. Apesar disso, tentativas fracassadas dos Estados Unidos de alcançar uma resolução pacífica para a situação da Caxemira, um dos pontos principais da rivalidade indo-paquistanesa, suscitaram mais uma vez um distanciamento entre os dois países no ramo geopolítico (McMahon, 2006).

O programa nuclear indiano

O interesse indiano pelo desenvolvimento da energia nuclear no país se deu antes mesmo da deflagração das explosões nucleares em Hiroshima e Nagasaki, perpetradas pelos Estados Unidos. Já em 1946, antes da independência do país, foi estabelecido o Comitê Indiano de Energia Atômica. O anúncio ao mundo da descoberta da fissão nuclear e as possibilidades estratégicas que dela surgiram capturaram a imaginação de cientistas, que rapidamente montaram uma pesquisa própria, moveram-se para angariar recursos e estabelecer redes de contato internacionais (Anderson, 2010). Em discursos à comunidade científica, um dos nomes mais proeminentes do movimento independentista indiano e que,

em breve, se tornaria o primeiro primeiro-ministro do país, Jawaharlal Nehru, expunha sua crença de que a energia atômica era uma necessidade para a Índia, se esta buscava transcender sua condição de pobreza (Nehru, 1947). O político tinha a convicção de que a ciência podia — e devia — ser usada para a melhoria das condições sociais da população (Nehru, 1947).

A energia nuclear foi considerada, na Índia, uma fonte relativamente barata de energia, cujo suprimento era diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico (Perkovich, 2002). Dessa forma, têm-se falas de Nehru em janeiro de 1947, afirmando que "o que quer que façamos, nós precisaremos de grandes recursos energéticos na Índia. Nesse momento, esse enorme país tem pouquíssimos elementos energéticos a sua disposição"[4] (Nehru, 1947, p. 379, tradução nossa). Nesse mesmo discurso, Nehru reconheceu o caráter dual desta tecnologia, portadora de uma capacidade destrutiva considerável, bem como de diversos usos, tanto na geração de energia quanto em procedimentos terapêuticos, e garantiu o uso dela para o desenvolvimento do país. Para além de necessidades energéticas, o projeto nuclear é entendido como uma demonstração das capacidades técnicas deste país pós-colonial, equiparando a Índia aos países desenvolvidos. Esta tecnologia representava o ápice da complexidade em pesquisa e desenvolvimento (P&D), um corolário da modernização desejada por Nehru.

Em 1946, foi criado o Comitê de Pesquisa em Energia Atômica, chefiado por Homi Jehangir Bhabha, físico indiano formado em Cambridge e especializado em raios cósmicos, com o objetivo de fomentar a educação em física nuclear (Anderson, 2010, p.1). Mais tarde, Bhabha foi convidado a chefiar a Comissão de Energia Atômica Indiana, estabelecida em 1948 com o propósito de desenvolver o programa nuclear do Estado. Enquanto o planejamento de Bhabha vislumbrava a produção inteiramente autossuficiente de energia nuclear, considerações de cunho prático tomaram precedência, e o país escolheu recorrer ao auxílio externo para o desenvolvimento de seu programa, valendo-se de seus vastos recursos em minerais estratégicos como moeda de troca para o fornecimento de informações (Abraham, 1998)

Os principais entraves para a pesquisa nuclear indiana estavam na falta de pessoal, que, nesses estágios iniciais, precisava ser treinado no exterior, assim como de infraestrutura, sem laboratórios de pesquisa para avançar o programa de maneira satisfatória, e não seria pragmático para um programa sob pressão popular esperar pelo desenvolvimento local de tecnologias já existentes no exterior (Abraham, 1998). Com isso, o primeiro reator nuclear indiano, denominado Apsara, foi construído em cooperação com a Grã-Bretanha, e entrou em funcionamento em 4 de agosto de 1956 (Abraham, 1998). Era

[4] Trecho no original: "Whatever we do, we shall require huge power resources in India. At present this huge country has very little power resources at her disposal".

uma usina de pequeno porte, voltada para a pesquisa, com a capacidade para a produção de um Megawatt. Apesar de ter sido o primeiro de muitos programas de cooperação, este foi apresentado para a população como um fruto do esforço indiano. Segundo Abraham (1998): "Apsara foi representado na mídia doméstica como um reator indiano construído com engenhosidade e conhecimento locais"[5] (Abraham, 1998, p.85, *tradução nossa*).

Internacionalmente, o país praticava uma política de garantia da utilização de energia atômica para fins pacíficos, mas repudiando tentativas de estabelecer controles que impedissem nações não nucleares de chegarem à pesquisa nuclear. Segundo Perkovich (2002, p. 28, tradução nossa), "Os planos nucleares ambiciosos da Índia colidiram com o esforço internacional liderado pelos Estados Unidos de estabelecer salvaguardas restritivas na aquisição e no uso de combustíveis e de instalações nucleares"[6]. Como tal, a Índia empregou uma política de enfraquecimento destas medidas restritivas e do controle imposto pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), organização desenvolvida no contexto da iniciativa estadunidense Átomos para a Paz[7].

O "Acordo entre o Governo da Índia e o Governo dos Estados Unidos nos Usos Civis da Energia Atômica" foi firmado em Washington, em 8 de agosto de 1963. Por meio deste, tornou-se possível a construção da Usina Nuclear de Tarapur (UNT), a troca de informações destes países relativas à pesquisa, ao desenvolvimento e à construção desta e a instauração de salvaguardas para que se mantenham os usos pacíficos da energia nuclear. Além desses detalhes relativos à Usina, foi pactuada a venda de material físsil para ser utilizado neste reator, garantindo o fornecimento de material físsil para a Índia pelos 25 anos seguintes. Este reator teria uma capacidade de 380 megawatts, sendo o primeiro reator energético do país. De caráter altamente procedimental, o tratado expressa algumas características próprias do programa Átomos para a Paz: o entendimento da energia nuclear como uma "promessa para a humanidade" (República da Índia; Estados Unidos da América, 1963) e a garantia do uso pacífico do material nuclear a ser utilizado.

Questões Teórico-metodológicas

A corrente construtivista das Relações Internacionais tem como premissa o entendimento de que a realidade social é constituída a partir de estruturas sociocognitivas e das interações do indivíduo com elas, que viabilizam a percepção, interpretação e posterior ação sobre essa realidade (Schonberg, 2009). Longe de negar a existência de uma

---

[5] Trecho no original: "Apsara was represented in the domestic media as an Indian reactor built with local ingenuity and expertise".
[6] Trecho no original: "India's ambitious nuclear plans collided with the U.S.-led international effort to establish tight safeguards on the acquisition and use of nuclear fuels and facilities".
[7] Como leitura adicional, o livro "Eisenhower's Atoms for Peace", de Ira Chernus

realidade material, o construtivismo argumenta que esta não pode ser compreendida sem preconcepções formadas intersubjetivamente. No âmbito de ação dos Estados, significa dizer que uma explicação que entende interesses, objetivos e métodos empregados por Estados como dependentes apenas de considerações "amorais" de poder, como faz a linha de pensamento realista, é incompleta, sendo importante considerar as estruturas normativas internas e externas ao país (Castro, 2012).

Os interesses estatais, dessa forma, não podem ser entendidos em um vácuo, sendo funções de como esses atores percebem a si mesmos e os outros. Dessarte, empreender uma análise de política externa construtivista, pautada na criação intersubjetiva da identidade estatal, afirma o acadêmico Karl Schonberg (2009), dá-se a partir da identificação de uma autodefinição, a definição do outro dicotômico e do ambiente no qual se inserem. Dentro disso, o autor identifica — para a delimitação de uma política externa — a necessidade de averiguação das intenções e das capacidades dos outros atores, por serem fundamentais para a formulação de uma possível resposta. Nota-se, no entanto, que percepções são por vezes discordantes.

Com o lançamento do livro *Perception and Misperception in International Politics*, Robert Jervis (1976) buscou empreender uma pesquisa que averiguasse como esses equívocos de percepção ocorrem, tipos comuns de erros de percepção e o modo pelo qual estadistas os poderiam evitar. Jervis postula que "o processo de fazer inferências à luz da lógica e das experiências passadas que produz a consistência cognitiva racional também leva pessoas a ajustarem informações que chegam às crenças preexistentes e a perceberem o que esperam que esteja lá"[8] (Jervis, 2017, p. 143, *tradução nossa*). Por consistência cognitiva racional, o autor entende a tendência humana a estruturas de crenças consistentes, pautadas nos termos comumente aceitos de se chegar a conclusões. Com base nestes autores, este trabalho versa sobre a possibilidade de um erro de percepção por parte dos estadistas americanos em sua política de cooperação nuclear com a Índia. Para tanto, será investigada a possibilidade de que, confrontados com informações novas quanto ao desenvolvimento do PNI, os tomadores de decisão estadunidenses tenham buscado assimilar essas informações com suas crenças preexistentes.

É nesse contexto que a análise discursiva adquire relevância. O discurso, sob a base ontológica construtivista, é entendido como "a ação que produz significado por meio da linguagem, expressa de diversas formas (oral, escrita, entre outras), gera relações sociais e permite apreender a realidade" (Leite, 2013, p. 21). Construções discursivas podem ser utilizadas, portanto, para a compreensão de como determinado ator percebe a realidade. O

[8] Trecho no original: "The process of drawing inferences in light of logic and past experience that produces rational cognitive consistency also causes people to fit incoming information into pre-existing beliefs and to perceive what they expect to be there".

grande desafio que se apresenta é a ausência de neutralidade: aquele que exerce um discurso o faz direcionado para um determinado público-alvo, com determinado objetivo e sob determinadas circunstâncias, elementos que também devem ser considerados em uma análise.

A criação intersubjetiva dessa identidade associada a um Estado leva à criação de uma determinada imagem sobre esse país por parte dos analistas e dos tomadores de decisão, um conjunto de crenças acerca de sua cultura, população e as linhas de ação que se espera que tal Estado tome (Jervis, 2017). Essa "pré-disposição perceptiva" seria comum às relações internacionais, uma vez que, "quando um estadista desenvolve uma certa imagem de outro país, ele vai manter essa visão face a grandes quantidades de informação discrepante" (Jervis, 2017, p. 146, tradução minha).

Assim, foi empreendida uma análise da repercussão em jornais estadunidenses, inserindo-o no contexto mais geral do programa Átomos para a Paz. Em seguida, são trazidos achados a respeito de qual seria a imagem indiana no imaginário estadunidense, por meio de análises qualitativas de artigos na revista *Foreign Affairs*, do *think tank* Council on Foreign Relations; e de documentos desclassificados da comunidade de Inteligência dos Estados Unidos referentes ao programa nuclear indiano. Infere-se, a partir desta imagem, sobre a existência de equívocos na execução da política externa estadunidense, no tocante à proliferação nuclear.

Achados

O entendimento da existência de um possível equívoco na percepção da identidade indiana por parte do governo dos Estados Unidos se daria, dessa forma, a partir de incongruências entre a imagem percebida pelos estadunidenses e as informações disponíveis na época acerca das expectativas, objetivos e capacidades indianos. A partir dos textos analisados, é possível identificar dois fatores principais que definem a percepção dos EUA acerca da identidade indiana: pacifismo e inferioridade.

A percepção externa da Índia como uma nação pacifista se deu a partir do caráter de seu movimento de independência e pelas falas de Nehru no âmbito internacional. No tocante à energia nuclear, a política externa do país era centrada no desarmamento e na promoção de opções para o desarmamento. Essa concepção foi formada com base no entendimento interno de que um ambiente de paz seria o mais indicado para o desenvolvimento do país, que passava por sérios problemas econômicos (Perkovich, 2002). O desenvolvimento interno foi também o principal motivo pelo qual a Índia participou da criação e da liderança do MNA, podendo, assim, garantir uma maior liberdade de ação e o possível auxílio de ambas as superpotências.

Apesar do combate ao comunismo exercido internamente[9], a política de não-alinhamento indiana era entendida pelos Estados Unidos como um apaziguamento da União Soviética e um afastamento do Ocidente, com o qual teria mais laços (Central Intelligence Agency, 1951). Na visão estadunidense, isso se daria por considerações de que os Estados Unidos herdaram a desconfiança indiana sobre os britânicos, como um novo representante do imperialismo ocidental no Sul da Ásia. A Índia foi acusada de empregar "dois pesos e duas medidas morais" no trato do comunismo interna e externamente (Masani, 1952), tendo em vista sua dura repressão ao Partido Comunista.

O "pacifismo" indiano é entendido como uma posição de apoio à não-proliferação em termos categóricos, de cessação de testes nucleares de qualquer tipo. As afirmações constantes de Nehru, que era considerado por analistas externos como a voz da Índia em si (Perkovich, 2002), levaram a comunidade epistêmica e a Inteligência estadunidenses a desconsiderarem a possibilidade da construção de armas nucleares pela Índia. Esta situação mudou apenas a partir de 1964, quando se entendeu que a pressão ocasionada pelo teste chinês seria forte demais para ser ignorada (Rowen, 1964).

Percepções advindas de parte da comunidade epistêmica estadunidense produziam uma Índia com tendências pacíficas, com base em sua postura de defesa da não-violência (Sheean, 1951; Kripalani, 1959). O mesmo é defendido por parte da comunidade de segurança nos EUA, baseando-se em "padrões tradicionais de passividade e mediação" (Office of Scientific Intelligence, 1958, p. 7, *tradução nossa, grifo nosso*). Isso se traduz em uma crença de que o estado de normalidade indiano seria o do não desenvolvimento de armamentos nucleares, sendo esta uma resposta para momentos de instabilidade.

A posição de Nehru é, no entanto, mais complexa. Tanto em conversas privadas quanto em discursos oficiais, o então primeiro-ministro deixa em aberto a possibilidade de optar por armas nucleares (Perkovich, 2002). Durante a fundação do Laboratório Nacional de Física em Nova Delhi em 1947, Nehru afirma que "Essa grande força — a energia atômica — que subitamente apareceu através de pesquisa científica pode ser usada para a guerra ou para a paz".[10] (Nehru, 1947, p. 373, *tradução nossa*).

Embora afirme os "usos pacíficos", o comprometimento de Nehru em desenvolver a tecnologia nuclear "ao máximo" dá a entender uma possível abertura para outros fins. E, ainda que não abominasse essa escolha, Nehru entendia a característica dual da pesquisa atômica, e o fato de que esta conferia prestígio internacional e poder dissuasivo para o país. Esta estratégia de deixar em aberto todas as opções possíveis também foi seguida por Lal

---

[9] A tentativa de revolução armada por parte do Partido Comunista indiano, que chegou a controlar cerca de 3.000 vilarejos, sofreu dura repressão policial, resultando na morte de 4.000 insurgentes, e na prisão e tortura de outros 10.000 (The Tricontinental, 2020, s/p).

[10] Trecho no original: "This great force — atomic energy — that has suddenly come through scientific research may be used for war or may be used for peace".

Bahadur Shastri (1964-1966) e por Indira Gandhi, seus sucessores, aumentando a capacidade tecnológica nuclear do país sem, contudo, declarar abertamente o desenvolvimento de um programa bélico.

Essa "inferioridade" indiana seria descrita em termos materiais e morais. O país é retratado por analistas estadunidenses como economicamente inferior, uma situação desesperadora (Weiner, 1962) que deveria ser a prioridade de seu governo. Sintomas desse estado seriam as altas taxas de pobreza, fome e analfabetismo do país[11], que buscava remediar esta situação e, para tanto, necessitaria de auxílio humanitário dos americanos, como o envio emergencial de alimentos em 1951[12]. Esta visão se fez presente nos Estados Unidos desde antes da independência indiana (Chetty, 1942), com base em entendimentos fornecidos em sua maioria por fontes britânicas, partilhando com estas a concepção de que a colonização britânica foi benéfica para a Índia.

Essas preocupações estadunidenses sobre instabilidade econômica e política não foram ocasionadas por maquinações do Partido Comunista, ou por temores de possíveis golpes, mas por uma possível falha em lidar com a crise econômica, abrindo espaço para a ascensão do Partido Comunista, a maior força de oposição do partido da situação – o Congresso Nacional Indiano (CNI) (Central Intelligence Agency, 1951). Eventualmente exaltada como a maior democracia do mundo em quantidade de membros, ela também é alvo de críticas pela permanência no poder do CNI, que se manteve no poder da independência do país até meados dos anos 1970. Para além de considerações materiais, também são tecidas críticas à cultura indiana. A filosofia hindu é descrita como a possível causa de atrasos em seu programa nuclear, e o sistema de castas é denunciado como antidemocrático, um atraso cultural do qual a Índia seria incapaz de se livrar facilmente.

A assimetria de poder era sentida na Índia, que podia fazer pouco mais do que desafiar vontades estadunidenses através do corte de contatos, ao não enviar estudantes indianos aos Estados Unidos (Perkovich, 2000). Dessa forma, muita atenção foi dada pelos ideólogos e analistas estadunidenses às capacidades presentes (à época), entendendo como prioridade indiana a recuperação econômica. A aceitação dessa análise seria facilitada por condizer com os interesses estadunidenses de impedimento de entrada do comunismo no país. Eles afirmam, portanto, que o programa atômico, de custo elevado e menos econômico que os métodos de energia tradicionais, não seria considerado como uma prioridade indiana.

As concepções estadunidenses da época são indissociáveis das principais concepções existentes na época. Dentre os artigos da Foreign Affairs, a narrativa principal

---

[11] Em 1947, 88% da população indiana era analfabeta; 80% estavam abaixo da linha da pobreza e a Fome de 1943 havia matado dois milhões de pessoas em Bengala (Hindustan Times, 2022, s/p).
[12] O *India Emergence Food Aid Act* decretou o envio de dois milhões de toneladas de trigo.

entende a Índia pré-independência como uma população atrasada, pobre, enfraquecida e incapaz do autogoverno, e que foi em grande medida aproveitadora do colonialismo, entendido como uma força benéfica na região (Puckle, 1946; Wood, 1947). Após a independência do país, são identificáveis movimentos simultâneos de condescendência e consternação em relação ao governo indiano, em se tratando de sua postura relativa ao não-alinhamento. Por um lado, a maior parte dos textos analisados apresenta o entendimento de que esta é uma falha ou incapacidade do governo indiano de reconhecer a real dimensão do perigo que o comunismo representaria (Bowles, 1952; Bowles, 1954). Por outro, a identificação comum gerada pelo fato da Índia ser uma democracia asiática e pela ascenção da China comunista levaram à esperança estadunidense de uma posição anticomunista mais incisiva por parte da Índia, enquanto "representante do mundo livre na Ásia". A falha em fazê-lo gerava certos descontentamentos na academia e nos tomadores de decisão estadunidenses (MacMahon, 2006), que por vezes deveriam ser explicados ao leitor.

Como tal, relatórios da comunidade de inteligência estadunidense apresentavam um país atrasado, que inicialmente não dispunha de capacidades materiais ou capital humano necessário para empreender uma pesquisa do porte necessário para o desenvolvimento de armas nucleares. É feita uma referência à desvantagem "inerente" à filosofia hindu (Office of Scientific Intelligence, 1958, p. 3), elencada como um dos motivos para o relativo atraso em matérias nucleares — uma demonstração clara dos termos de inferioridade que regem a visão estadunidense sobre a Índia.

No entanto, é notável que apesar desta alocação subalterna nas construções estadunidenses, havia uma certa preocupação quanto à possibilidade de que a aquisição de armas nucleares por parte da Índia, dado seu alto prestígio enquanto defensora da não-proliferação, ocasionaria em um "efeito cascata" que tornaria outros países mais propensos a adquiri-las. Mais uma vez, fatores raciais entram em análise, sendo a aquisição de armas "nucleares" vista como prejudicial aos "homens brancos": "o fato de que homens amarelos e marrons estarem fazendo estas mais modernas das armas provavelmente não levará os homens brancos a decidirem por se abster de fazê-las"[13] (Rowen, 1964, p. 9, *tradução nossa*).

As ações indianas não podem, contudo, ser compreendidas sem o entendimento de seus objetivos de longo prazo. Para além da superação de sua condição econômica anêmica, o principal líder do país tinha como objetivo aumentar a relevância da Índia no sistema internacional, e é, portanto, desejoso de reconhecimento internacional como grande potência. A visão propagada por Jawaharlal Nehru seria a de que a civilização indiana,

[13] Trecho no original: "the fact that yellow and brown men are making these most modern of weapons is not likely to lead white men to decide to abstain from making them".

sendo uma das mais antigas do mundo, teria entrado em decadência, enfrentando seu período mais sombrio durante a colonização britânica (Nehru, 1946). Com a independência do país, seria necessária uma revitalização, de forma a alcançar a grandeza de outrora. Nesse processo, a inovação tecnológica seria primordial para tirar o país de sua situação de miséria, com base no entendimento de que a produção científica e subsequente inovação tecnológica levariam ao desenvolvimento da população (Nehru, 1947). A inovação nuclear, como tecnologia mais avançada na época, seria, para além dessas considerações, um símbolo de *status* para um país que, antes de sua independência, era considerado como "primitivo" (Chetty, 1942), ou "tribal" (Herskovits, 1944). seria o veículo, pelo qual a Índia poderia se equiparar aos países com capacidades técnicas mais avançadas mundialmente.

Ademais, tanto Nehru quanto Homi Bhabha eram importantes proponentes da expansão do programa nuclear indiano, sendo responsáveis pela criação da Agência de Energia Atômica do país, em 1948. Enquanto Nehru demonstrava, inicialmente, rejeitar a opção por armamentos nucleares, mas trabalhava para mantê-la como alternativa, Bhabha era um ávido defensor da criação de uma bomba indiana (Perkovich, 2002), buscando que o país tivesse a capacidade para tanto.

A questão do prestígio internacional como um objetivo indiano foi tratada em artigos de autores americanos, indicando o entendimento de que o país possuía um capital político internacional considerável, enquanto líder do MNA e ex-colônia que conseguiu sua independência por métodos não violentos, o único modo "permitido" para uma possível potência regional. Além de minar este capital, a busca por armamentos nucleares teria por consequência o aumento da proliferação no geral, com os demais países se sentindo justificados em seguirem com projetos de desenvolvimento de armas. Estes efeitos, considera a comunidade de Inteligência estadunidense, seriam contrários aos interesses indianos. Para além disso, é levantado o alto custo como um impedimento relevante para o desenvolvimento de explosivos na Índia.

Os relatórios e artigos estadunidenses demonstraram o entendimento de que não havia motivos para se pensar em armas nucleares anteriormente à Guerra Sino-Indiana e ao teste nuclear chinês. É perceptível, no entanto, que o uso desses armamentos nunca deixou de ser uma possibilidade para o estadista indiano. Para além de princípios morais, a "pacificação antinuclear" era uma ferramenta para a garantia de um ambiente internacional propício para sua segurança e seu desenvolvimento. Essa opção, não bastando para a garantia contra os riscos que enfrentaria a Índia, seria substituída por uma mais belicosa, mesmo que a contragosto, se a situação demandasse.

A paz foi usada pelos Estados Unidos como ferramenta retórica para a construção de uma política vantajosa no jogo da Guerra Fria. Foi possível estabelecer uma política de contínua proliferação vertical e o impedimento da proliferação horizontal através dela, ao

passo em que se mantinha a imagem internacional dos Estados Unidos como um Estado pacífico (Chernus, 2002). Essa "paz" era pautada por usos não-bélicos da energia atômica, a qual seria alcançada por meio da cooperação com países desejosos de seguir pela via nuclear e prontos para garantir que seus usos seriam "pacíficos". "Paz" era, assim, estabelecida como o fim último desta política, e criou-se nos Estados Unidos o entendimento de que aderir à "paz" seria sinônimo de não pesquisar dispositivos explosivos. A fala de Vijaya Lakshmi Pandit, irmã de Nehru, à revista *Foreign Affairs*, em defesa da política de neutralidade e pacífica, é um exemplo desta filosofia, contribuindo para a legitimação do entendimento desta como parte do modo de pensar indiano:

> Essa é a política à qual aderimos por dois motivos. Em primeiro lugar, porque nossa necessidade de paz é imperativa. Não é meramente desejável, ou preferível, é uma necessidade vital e uma oração diária. Nós temos problemas para enfrentar na Índia que sobrecarregariam as energias e recursos de uma nação mais bem equipada e desenvolvida que a nossa. [...] Em segundo lugar, nós escolhemos esse caminho, porque nós rejeitamos completamente a psicologia da ameaça e seu subproduto, o medo. Nós não acatamos a crença amplamente aceita de que os negócios das nações podem ser conduzidos com sucesso no nível militar[14] (Pandit, 1956, s/p, tradução minha).

Essas duas concepções de paz — paz como "objetivo final" e como "política estatal" — diferiam ao passo que, embora buscassem evitar conflitos de modo semelhante, a "paz como política estatal" teria serventia apenas enquanto pudesse garantir um ambiente seguro para o Estado que a propaga. Face a riscos de segurança, como o trazido pela China com a explosão nuclear de 1964, o país se veria obrigado a mudar de curso. No entanto, a imersão em um "contexto de paz" e as repetidas afirmações contra armas nucleares de líderes indianos levaram os analistas e tomadores de decisão estadunidenses a não considerarem essa como uma opção vislumbrada pelo governo indiano.

Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo averiguar a existência, ou não, de um equívoco de percepção por conta dos Estados Unidos em relação à Índia, motivando, assim, a assinatura do tratado de cooperação nuclear entre os dois em 1963 para a criação da Usina Nuclear de Tarapur. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa que buscou depreender, a partir de variadas fontes, quais seriam as características entendidas como "indianas" pelos

---

[14] Trecho no original: "This is the policy to which we adhere for two reasons. Firstly, because our need for peace is imperative. It is not merely desirable or preferable, it is a vital necessity and a daily prayer. We have problems to face in India that would tax the energies and resources of a nation far better equipped and developed than ours. (...) Secondly, we choose this way because we reject completely the psychology of threat and its by-product, fear. We do not subscribe to the widely-held belief that the affairs of nations can be successfully conducted on a military level".

Estados Unidos, com foco principal — mas não reduzido — no tratamento da questão nuclear. Para tanto, além de uma descrição histórica do contexto, no qual se inseriam os dois países, foi feita uma análise discursiva, de cunho construtivista, que averiguou documentos oficiais, notícias, artigos e tratados internacionais.

A partir desta pesquisa, encontrou-se que o fomento ao programa nuclear indiano não condizia com o objetivo estratégico de impedir a proliferação nuclear. Se este for considerado o objetivo do programa Átomos para a Paz, têm-se que havia motivos para se acreditar, dadas as informações disponíveis para os tomadores de decisão estadunidenses, que o programa nuclear indiano tomaria rumos contrários a seus interesses. O equívoco de percepção que levaria a tanto seria a tendência estadunidense de entender a "paz" buscada pela Índia como uma política permanente, o objetivo final do país. Com base nas falas de Nehru em discursos veementemente contrários ao uso de armas nucleares, da crença do país como "passivo e mediador" e da herança gerada por um movimento independentista não violento, entendia-se que a Índia nunca optaria pela produção de bombas, apenas se fosse obrigada a tanto. A deflagração da Guerra Sino-Indiana de 1962, ocasionada durante as negociações para a construção da UNT, seria indicativo suficiente de que a Índia se sentiria pressionada a mudar os rumos de seu programa nuclear.

Por que, então, seguir em frente com a cooperação nuclear com um país que apresentava a capacidade e o potencial para a criação de armas nucleares, e um "inimigo em potencial dos Estados Unidos" (Rowen, 1964)? Dado o caráter altamente universalista do programa, têm-se que a exclusão da Índia, um país de alto prestígio internacional e discurso pacifista, seria mal vista internacionalmente. A caracterização da faceta antiproliferação do programa Átomos para a Paz como prioridade do governo estadunidense não parece encapsular sua dimensão real (Chernus, 2002). Para além de ganhos retóricos, o auxílio à Índia seria também uma forma de garantir sua influência no Sul da Ásia em um contexto de Guerra Fria. O programa nuclear indiano competia com o chinês pela primazia tecnológica na região, e diversos artigos e documentos oficiais analisados fazem referência à possibilidade, ou à necessidade, de que a Índia estabelecesse uma posição oficial de combate à China comunista enquanto democracia participante do "mundo livre" (Bowles, 1954; Bowles 1960). Não foram encontradas, no entanto, informações para corroborar que tal política tenha sido proposital.

Referências

ABRAHAM, Itty. **The Making of the Indian Atomic Bomb:** Science, Secrecy and the Postcolonial State. Zed Books, 1998.

ANDERSON, Robert. **Nucleus and Nation**: Scientists, International Networks, and Power in India. 1. ed. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2010.

BOWLES, Chester. A Fresh Look at Free Asia. **Foreign Affairs**. 1 out. 1954. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1954-10-01/fresh-look-free-asia>. Acesso em: 7 jan. 2023.

BOWLES, Chester. New India. **Foreign Affairs**. 1 out. 1952. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/1952-10-01/new-india>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Indian Nuclear Energy Program**. 26 mar. 1958. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB187/IN01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CENTRAL INTELIGGENCE AGENCY. **India's Position in the East-West Conflict.** 4 set. 1951. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R01012A000500040001-3.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CHERNUS, Ira. **Eisenhower's Atoms for Peace**. 1. ed. Texas: Texas A&M University Press, 2002.

CHETTY, Shanmukhan, Sir. India's Fighting Strenght. **Foreign Affairs.** 1 abr. 1942. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/1942-04-01/indias-fighting-strength>. Acesso em: 4 jan. 2023.

HERKSOVITS, M. J. Native Self-Government. **Foreign Affairs**. 1 abr. 1944. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1944-04-01/native-self-government>. Acesso em: 5 jan. 2023

JERVIS, Robert. Mutually Assured Destruction. **Foreign Policy,** n. 133, nov-dez. 2002, p. 40-42.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**: New Edition. Princeton University Press, 1976.

KRIPALANI, Acharya. For Principled Neutrality: A New Appraisal of Indian Foreign_Policy. **Foreign Affairs.** 1 out. 1959. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/india/principled-neutrality>. Acesso em: 8 jan. 2023.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MASANI, M. R. India: Dos and Don'ts for Americans. **Foreign Affairs**. 1 abr. 1952. Disponível em: . Acesso em: 6 jan. 2023.

MASANI, M. R. The Mind of Asia. **Foreign Affairs**. 1 jul. 1955: https://www.foreignaffairs.com/articles/east-asia/1955-07-01/mind-asia>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MCMAHON, Robert. J. U.S. Policy toward South Asia and Tibet during the Early Cold War. **Journal of Cold War Studies**, Vol. 8, No. 3 pp. 131-144, jul. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26925944>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NEHRU, Jawaharlal. Control of Nuclear Energy. *In*: **Jawaharlal Nehru's Speeches Vol. III** (March 1953- August 1957). Nova Déli: Publication Division, New Delhi, 1970. p 254-262. Disponível em: <https://indianculture.gov.in/ebooks/jawaharlal-nehrus-speeches-vol-iii-march-1953-august-1957>. Acesso em 24 jan. 2023.

NEHRU, Jawaharlal. Science in the Service of the Communitty. *In*: **Jawaharlal Nehru's Speeches Vol. I** (March 1953- August 1957). 1989. p. 371-377. Disponível em:<https://www.indianculture.gov.in/ebooks/selected-works-jawaharlal-nehru-vol-i-0>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NEHRU, Jawaharlal. **The Discovery of India**. Nova Delhi: Oxford University Press, 1994. p. 581. Disponível em: <https://library.bjp.org/jspui/bitstream/123456789/277/1/The-Discovery-Of-India-Jawaharlal-Nehru.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

NEHRU, Jawaharlal. The Necessity of Atomic Research in India In: Jawaharlal Nehru's Speeches Vol. I (March 1953- August 1957). Nova Déli: Publication Division, 1989. p. 377-379. Disponível em:<https://www.indianculture.gov.in/ebooks/selected-works-jawaharlal-nehru-vol-i-0>. Acesso: 18 jan. 2023.

OFFICE OF SCIENTIFIC INTELLIGENCE. **Indian Nuclear Energy Program**, February 18, 1958. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB187/IN01.pdf>. Acesso em 18 dez. 2022.

OFFICE OF SCIENTIFIC INTELLIGENCE Central Intelligence Agency, **Indian Nuclear Energy Program**, November 6, 1964. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB187/IN06.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ONE Hundred Years of the Communist Movement in India. **The Tricontinental**. 1 set. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-32-communist-movement-in-india/>. Acesso em: 23 jan. 2023

O'NEILL, Aaron. **Population of India 1800-2020**. Statista, 09 aug. 2024. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1066922/population-india-historical/. Acesso em: 21 set. 2024.

PANDIT, V. L. India's Foreign Policy. **Foreign Affairs**. 1 abr. 1956. <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/1956-04-01/indias-foreign-policy#author-info> Acesso em: 7 jan. 2023.

PERKOVICH, George. **India's Nuclear Bomb**: the Impact on Global Proliferation. Berkeley: University of California Press, 2002.

PUCKLE, Frederick. **The Gandhi-Jinnah Conversations**. **Foreign Affairs**. 1 jan. 1945. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/1945-01-01/gandhi-jinnah-conversations>. Acesso em: 5 jan. 2023

REPUBLIC OF INDIA, UNITED STATES OF AMERICA. A**greement between the Government of the United States of America and the Government of Canada for co-operation concerning civil uses of atomic energy.** 15 jun. 1955. Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=0800000280146feb&clang=_en>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RICHELSON, Jeffrey. **Spying on the bomb**: American nuclear intelligence from Nazi Germany to Iran and North Korea. Nova York: Norton, 2006. Disponível em: <https://archive.org/details/spyingonbombamer00rich/page/n9/mode/2up>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ROWEN, Henry S. Department of Defense, **The Indian Nuclear Problem**, December 24, 1964. Secret. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB187/IN07.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022. 81

SCHONBERG, K. L. **Constructing 21st Century U.S. Foreign Policy**: Identity, Ideology and America's World Role in a New Era. Nova York: Palgrave MacMillan, 2009.

SHEEAN, Vincent. The Case for India. **Foreign Affairs**. 1 out. 1951. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1951-10-01/case-india>. Acesso em: 6 jan. 2023.

TRUMAN, Harry. **President Truman's Message to Congress**; March 12, 1947; Document 171; 80th Congress, 1st Session; Records of the United States House of Representatives; Record Group 233; National Archives. In: National Archives. National Archives, 8 fev. 2022 Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Acesso em: 16 jan. 2023.

WEINER, Myron. The Struggle for Equality in India. **Foreign Affairs**. 1 jul. 1962. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1962-07-01/struggle-equality-india>. Acesso em: 9 jan. 2023.

WOOD, Edward. India: Two Hundred Years. **Foreign Affairs.** 1 out. 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/india/1947-10-01/india-two-hundred-years>. Acesso em: 9 jan. 2023.